



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE REDENTORA

Ofício/GP nº. 264/2023

Redentora/RS, 07 de Junho de 2023.

Exmo. Senhor:

DENILSON MACHADO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Redentora – RS

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 044/2023.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e demais Vereadores, encaminhamos-lhe, em anexo, o Projeto de Lei nº 044/2023, o qual **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE REDENTORA A REALIZAR CEDÊNCIA OU PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS DO QUADRO GERAL, DO QUADRO DO MAGISTÉRIO E DO QUADRO DE EMPREGOS DA ÁREA DA SAÚDE COM OUTROS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS, FEDERAL E SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO PARA ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS LIGADAS AS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, para ser apreciado, votado e aprovado, se assim for do entendimento dos nobres Edis.

Atenciosamente,


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal



CNPJ 87.613.113/0001-40

Rua Pedro Luiz Costa, 388

Centro – CEP. 98.550-000 – Redentora – RS

Fone: (55) 3556-1174 – e-mail: gabinete@redentora.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

PROJETO DE LEI Nº 044/2022, DE 30 DE MAIO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE REDENTORA A REALIZAR CEDÊNCIA OU PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS DO QUADRO GERAL, DO QUADRO DO MAGISTÉRIO E DO QUADRO DE EMPREGOS DA ÁREA DA SAÚDE COM OUTROS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS, FEDERAL E SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO PARA ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS LIGADAS AS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MALBERK ANTOINE KUNS DULLIUS, Prefeito Municipal de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar (conceder e receber) cedência ou permuta de servidores públicos do quadro geral, do quadro do magistério e do quadro de empregos da área da saúde do município de Redentora com outros entes públicos das esferas Municipal, Estadual e Federal e suas respectivas Autarquias e Fundações, bem como para associações privadas sem fins lucrativos ligadas as áreas da educação e da saúde, mediante assinatura de convênio entre os órgãos públicos ou privados envolvidos.

§ 1º Os termos de convênio terão vigência de um (1) ano, prorrogando-se automaticamente por iguais períodos, caso nenhuma das partes se manifestar em contrário.

§ 2º Os servidores envolvidos deverão manifestar sua vontade na cedência ou permuta mediante a assinatura de termo de concordância;

§ 3º Com o convênio e o termo de concordância, será elaborada Portaria de Cedência ou Permuta.

§ 4º A cedência ou permuta poderá ser desfeita a qualquer tempo por quaisquer das partes ou dos servidores envolvidos, bem como por outros motivos previstos no convênio, mediante notificação prévia de trinta (30) dias.

Art. 2º O ônus de pagar a remuneração do servidor ficará a cargo do ente público de origem ou de destino, com ou sem ressarcimento, conforme definido no convênio firmado, sem prejuízo ao servidor das vantagens inerentes ao respectivo plano de carreira, bem como a contagem de tempo de serviço pela efetividade comunicada pelo outro, nos termos da legislação municipal que estão sujeitos em seu município de origem.

Parágrafo único – No caso de cedência de servidor para associações privadas sem fins lucrativos ligadas as áreas da educação e da saúde, o ônus de pagar a remuneração do servidor ficará a cargo do ente público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Art. 3º Quando os servidores públicos cedidos ou permutados se encontrarem em estágio probatório, fica suspensa a realização de avaliação e contagem do mesmo enquanto perdurar a cedência ou permuta, exceto nas cedências ou permutas de tempo parcial, quando a jornada de trabalho cedida seja igual ou inferior a 50% do total da jornada de trabalho do servidor, caso em que entes públicos e associações que receberem o servidor por cedência deverão também avaliar seu desempenho.

Art. 4º Os servidores permutados e/ou cedidos ficam sujeitos às regras e normas disciplinares, bem como as orientações técnicas do município/estado em que exercem suas atividades, além da obrigação de prestar serviços nos locais onde forem indicados e com a carga horária contratual de origem.

Art. 5º A permuta e/ou cedência não será deferida a servidor que se encontrar com processo administrativo disciplinar (PAD) em andamento ou com decisão final com punição.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Redentora-RS - RS, 30 de maio de 2023.


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.
Em 30 de maio de 2023.

Rafael Oliveira Vigne
Secretário Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº 044/2023

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Honra-nos cumprimentar os Nobres Edis, oportunidade em que apresentamos o Projeto de Lei que **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE REDENTORA A REALIZAR CEDÊNCIA OU PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS DO QUADRO GERAL, DO QUADRO DO MAGISTÉRIO E DO QUADRO DE EMPREGOS DA ÁREA DA SAÚDE COM OUTROS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS, FEDERAL E SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO PARA ASSOCIAÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS LIGADAS AS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Inicialmente destacar que o procedimento proposto no presente Projeto de Lei não implicará em despesas extras ao município, na medida em que salários e vantagens serão mantidos pelos municípios de origem dos servidores em caso de permuta e em caso de cedência será provido por aquele que receberá a cedência.

Nenhum servidor será cedido ou permutado sem que haja a expressa manifestação de vontade do mesmo de forma escrita e que deverá integrar a sua pasta funcional, ou seja, fica preservado o direito e a vontade do servidor.

Destacar que a cedência ou permuta de que trata este projeto de lei, somente será perfectibilizada mediante necessidade e interesse do serviço público e a anuência/concordância do servidor.

Por fim, mencionar que as necessidades de realização de permuta ou cedência de servidores podem ocorrer mais especificamente na área do magistério, ou seja, professores, sendo com outros municípios ou com o estado.

Diante do exposto, contamos com a aprovação desta Colenda Casa Legislativa para o projeto que ora se apresenta.

Redentora-RS, 30 de maio de 2023.

Atenciosamente


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal